



Relatório e Contas

2023

Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A.

Edifício Quartzó, Rua Alexandre Herculano, 38, 1269-180 LISBOA

Capital Social € 25.000.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Colectiva

nº 502 040 246

ÍNDICE

Órgãos Sociais	3
Relatório do Conselho de Administração	4
Demonstrações Financeiras	17
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	23

Anexos

- Certificação Legal de Contas
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



C-Socia

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Ana Cristina Lucas Vaz das Neves
Secretário David Luís Marques Ramalhete

Conselho de Administração

Presidente do CA Francisco Alexandre Valente Oliveira
Vogal Luís Nuno Lima de Carvalho Valença Pinto
Vogal José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto
Vogal António Carlos Gomes Pacheco
Vogal Bin Xu

Conselho Fiscal

Presidente José Maria Rego Ribeiro da Cunha
Membro Efetivo Mário Paulo Bettencourt de Oliveira
Membro Efetivo José Duarte Coutinho Ortigão Ramos
Membro Suplente Paulo Ribeiro da Silva

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC, S.A. – SROC n.º 43, representada por:
Edgar Luís Afonso Guerra, ROC n.º 1872

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento à lei e aos estatutos, vem o Conselho de Administração da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. ("Haitong GAM") submeter à V. apreciação o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2023.

1. Contexto macroeconómico

O MERCADO EM 2023

O ano de 2023 foi marcado pela resiliência do crescimento económico mundial num contexto de taxas de juro elevadas e de inflação persistente nas economias desenvolvidas. Nos EUA, as previsões que davam como certa uma recessão não se materializaram, enquanto a Zona Euro foi impactada pela estagnação do PIB, sem uma deterioração das condições do mercado de trabalho. A reabertura da economia chinesa no primeiro semestre do ano aliviou os constrangimentos da cadeia de abastecimento global e contribuiu para a desinflação dos preços dos bens de consumo. Já a inflação global, medida pelo IPC (índice de preços no consumidor), desacelerou de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023, de acordo com as últimas estimativas do FMI (outubro de 2023).

O produto interno bruto (PIB) mundial avançou a um ritmo de 3% em 2023 (segundo estimativas do FMI), o que está próximo dos níveis potenciais, sendo, no entanto, inferior ao registado em 2022 (3,4%).

A surpreendente expansão de 2,4% do PIB dos EUA em 2023 (vs. 1,9% em 2022) ocorreu num cenário em que as taxas de juro atingiram o nível mais elevado desde 2008 e as condições de emprego se mantiveram estáveis. A Reserva Federal (FED) aumentou a taxa FED funds em 100 pontos base, para 5,5% em 2023, enquanto a taxa de desemprego se manteve pelo segundo ano consecutivo nos valores mais baixos das últimas cinco décadas, em 3,6%. As condições financeiras permaneceram estáveis após a intervenção da FED em dois bancos regionais afetados por problemas de liquidez no primeiro trimestre de 2023. Simultaneamente, o impacto da política monetária mais restritiva da FED, o custo mais baixo da energia resultante de uma descida de 5,8%

nos preços da gasolina e o fim dos problemas que afetavam a cadeia de abastecimento global contribuíram para reduzir o IPC de 8,0% em 2022 para 4,1% em 2023. Na ausência de uma recessão, o índice S&P 500 atingiu máximos históricos, tendo subido 24,2% para 4770 pontos em 2023.

As condições económicas mostraram-se mais adversas na Zona Euro, onde o crescimento do PIB estagnou em 0,5% em 2023 (vs. +3,4% em 2022) e a inflação se manteve resistente, em 5,5% (vs. +8,4% em 2022). Os preços da energia foram menos pressionados em 2023 devido à estratégia da UE para reduzir a sua dependência do gás russo e também à descida dos preços do petróleo. No entanto, a robustez do mercado de trabalho, com o desemprego a diminuir para 6,5% em 2023 (vs. 6,7% em 2022), manteve a inflação pressionada no sentido ascendente, tendo o IPC core (excluindo produtos alimentares e energia) acelerado para 5,5% vs. 3,9% em 2022. Para cumprir a meta da inflação de 2%, o BCE aumentou a taxa de refinanciamento em 200 pontos base, para 4,5% em 2023.

O setor financeiro mostrou-se resiliente face às condições monetárias mais restritivas impostas pelo BCE, nomeadamente o aperto quantitativo da carteira de crédito. O balanço do BCE diminuiu 13% em resultado da decisão do Banco Central de eliminar gradualmente o PSPP (Programa de Compras do Setor Público). O setor bancário da Zona Euro mostrou-se mais resiliente às condições adversas na sequência da intervenção da FED nos bancos regionais dos EUA e da decisão do Banco Nacional Suíço de apoiar a aquisição do Credit Suisse pela UBS no primeiro trimestre de 2023. Esta resiliência traduziu-se num maior apetite de risco no setor bancário da Zona Euro, refletindo-se nos spreads dos CDS iTraxx Sr. Financial 5Y, que diminuíram de um máximo de 131 pontos base no primeiro trimestre de 2023 para 67 pontos base em dezembro de 2023.

O PIB da Zona Euro evoluiu a ritmos diferentes em 2023, com a Alemanha em risco de recessão durante a maior parte do ano e registos de uma contração de 0,3%, após um crescimento débil de 1,8% em 2022. Por outro lado, o PIB avançou 0,8% em França (vs. 2,5% em 2022), 2,4% em Espanha (vs. 5,8% em 2022) e 2,2% em Portugal (vs. 6,9% em 2022), de acordo com estimativas preliminares de consenso (Bloomberg, janeiro de 2024). O PIB da UE foi afetado pela continuação da guerra na Ucrânia e pelo fraco desempenho do comércio de bens e serviços com a China em 2023.

As projeções de consenso apontam para um crescimento mais fraco do que o esperado na China, com o PIB a avançar 5,2% em comparação com a estimativa inicial de 5,5% em 2023 (vs. 3,0% em

2022). As restrições impostas pela COVID-19 no primeiro trimestre de 2023 e a recessão no setor da construção foram responsáveis por esta recuperação mais lenta da economia chinesa em 2023, de acordo com as referidas projeções. Os preços no consumidor permaneceram, em geral, moderados, com uma inflação medida pelo IPC de 0,2% em 2023, face a 2,0% em 2022. O Banco Popular da China flexibilizou ainda mais as condições de liquidez, baixando o rácio de reservas mínimas de 11% para 10,50% em 2023.

O crescimento dos mercados emergentes em 2023 foi afetado pelo enfraquecimento do PIB da China e da Europa, mantendo, no entanto, um ritmo semelhante ao registado em 2022. De acordo com estimativas preliminares, as economias dos mercados emergentes registaram um crescimento de 3,9% em 2023, que compara com 3,8% em 2022.

O fraco desempenho orçamental foi a tónica na maioria das economias desenvolvidas em 2023. Os governos da Zona Euro continuaram a registar défices acentuados, que se situaram em 3,2% do PIB em 2023 face a 3,6% em 2022, de acordo com estimativas da Comissão Europeia (Previsões do Outono de 2023). O rácio dívida/PIB da área da moeda única melhorou de 92,5% em 2022 para 90,4% em 2023.

Em 2023, seis países da Zona Euro, entre os quais Portugal, mantiveram um rácio dívida/PIB superior a 100%, de acordo com a Comissão Europeia. Portugal, ainda assim, reduziu o seu endividamento pelo terceiro ano consecutivo, tendo este baixado de um pico de 134% do PIB em 2020 para 103,4% do PIB em 2023. Esta melhoria justificou uma nova subida dos ratings soberanos atribuídos pela Moody's e pela Fitch, respetivamente para A3 (um nível, com Outlook estável) e para A- (um nível, com Outlook estável), perspetivando-se para o primeiro semestre de 2024 uma possível revisão em alta do Outlook do rating de BBB+ atribuído pela S&P, de estável para positivo. O rating da dívida soberana de Espanha permaneceu inalterado em 2023, situando-se em Baa1, atribuído pela Moody's (Outlook estável), A pela S&P (Outlook estável) e A- pela Fitch (Outlook estável).

Os EUA registaram um défice orçamental de 6,1% do PIB em 2023, que compara com 6,5% em 2022, levando a que o rácio dívida/PIB se situasse em 99,4% em 2023, um aumento face ao rácio de 98,4% registado em 2022. A S&P manteve o rating soberano dos EUA inalterado em AA+ com Outlook estável em 2023. Por outro lado, a Fitch baixou a sua notação de AAA para AA+, com Outlook estável, enquanto a Moody's reduziu o Outlook do rating triple-A dos EUA para negativo,

devido à deterioração persistente do desempenho orçamental e à dificuldade política em aprovar, no Congresso dos EUA, um novo teto para o endividamento antes das eleições gerais de 2024. Já o desempenho orçamental do governo central da China continuou a deteriorar-se, com o défice orçamental a aumentar pelo segundo ano consecutivo, atingindo 5% do PIB em 2023, face a 4,7% em 2022 e 3,8% em 2021. A Moody's alterou para negativo o Outlook do rating soberano da China, enquanto tanto a S&P como a Fitch mantiveram inalterados em 2023 o rating A+ e o Outlook estável.

A yield das obrigações do Tesouro de referência a 10 anos registou uma forte volatilidade durante 2023 (a mais elevada dos últimos 5 anos). A yield dos Treasury Notes a 10 anos dos EUA encerrou o ano em 3,88%, próximo do nível registado no final de 2022, tendo no entanto registado mínimos de 3,31% em março-abril devido aos receios de uma recessão, assim como um pico de 4,99% em outubro de 2023, quando as projeções de consenso aumentaram a possibilidade de novas subidas das taxas pela FED. Pouco depois, a FED anunciou uma pausa no ciclo restritivo (tightening), que desencadeou uma onda de expectativas de cortes nas taxas no primeiro semestre de 2024 entre os participantes do mercado, com a yield dos Treasury Notes a 10 anos a cair 160 pontos base desde os máximos atingidos em outubro até ao final de dezembro de 2023.

A yield do bund alemão a 10 anos encerrou o ano em 2,49%, inferior ao registo no final do ano anterior (2,76% em dezembro de 2022), tendo também exibido fortes oscilações durante o ano, entre um mínimo de 2,36% e um máximo de 3,34%. As yield contraíram-se a um ritmo mais rápido no último trimestre de 2023, no contexto de uma onda de aversão ao risco relacionada com as perspetivas de um desempenho inferior do PIB na Zona Euro por um período de tempo prolongado e com a possibilidade de cortes nas taxas nos EUA, levando os participantes no mercado a considerar nas suas perspetivas um corte das taxas pelo BCE em 2024 mais cedo do que o esperado. Na Ásia, o rendimento dos títulos de dívida pública chinesa a 10 anos denominados em dólares recuou 32 pontos base, para 3,2% em dezembro de 2023.

Os mercados da dívida soberana foram benéficos para os emitentes em euros dos países periféricos em 2023. O spread das obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos face ao bund alemão para o mesmo prazo contraiu-se 38,5 pontos base, para 63 pontos base, enquanto o spread equivalente das obrigações do governo espanhol recuou 12 pontos base, para 97 pontos base em dezembro de 2023. O spread das obrigações italianas a 10 anos em relação ao Bund alemão contraiu-se em 47 pontos base, para 167 pontos base em 2023.

A resiliência da economia num contexto monetário restritivo e o forte desempenho dos mercados de trabalho nos EUA e na Europa favoreceram os principais índices acionistas em 2023. Refletindo uma onda de otimismo renovado relativamente ao setor das tecnologias, os índices Nasdaq e Eurostoxx 50 registaram ganhos de 43.4% e 19.2%, respetivamente, em 2023.

Durante 2023, os mercados de commodities enfraqueceram devido ao desempenho menos favorável do crescimento na Europa e na China, bem como ao custo de uma taxa de juro em dólares elevada. O índice CRB recuou 5,0% em 2023, com os setores da energia e dos produtos agrícolas a registarem as maiores quedas (-14,8% e -11,6%, respetivamente). O preço do petróleo bruto (Brent) recuou 5% em 2023, segundo os respetivos contratos, para 75,9 dólares por barril em dezembro de 2023, registando uma forte volatilidade durante o ano devido aos cortes na produção efetuados pelos membros da OPEC, ao receio de uma recessão e à guerra no Médio Oriente.

Nos mercados cambiais, o euro avançou para 1,104 face ao dólar americano em 2023 (+3,1% desde o início do ano). O Índice de Referência do Dólar caiu 2,1% em 2023, devido à perceção de que a FED teria atingido o pico do ciclo restritivo (tightening). As moedas dos mercados emergentes tiveram um desempenho misto. Devido a uma retoma económica mais débil do que o esperado e à perspectiva de taxas de juro baixas pelo Banco Popular da China, o yuan chinês recuou para CNYUSD 7.1 (-2,9%) em 2023.

Mercados Cambiais (câmbios e variação %)				
		2022	2023	Δ %
EUA	Dollar Index	103,52	101,33	-2,1%
Euro	EURUSD	1,07	1,10	3,1%
UK	EURGBP	0,89	0,87	-2,1%
China	CNYUSD	6,90	7,10	2,9%

Fonte: Bloomberg | Data: 01/15/2024

PERSPETIVAS PARA 2024

Prevê-se um certo abrandamento da atividade económica mundial em 2024, com o risco de uma recessão na Europa e um soft landing da economia dos EUA no primeiro semestre de 2024. Prevê-se, igualmente, que o PIB chinês cresça a um ritmo próximo ou inferior à meta de 5% em 2024.



Produto Nacional Bruto (%) - Consenso					
	2020	2021	2022	2023	2024
Mundo	-3,0%	6,2%	3,4%	3,0%	2,6%
Euro Area	-6,1%	5,9%	3,4%	0,5%	0,5%
EUA	-2,2%	5,8%	1,9%	2,4%	1,3%
Portugal	-8,3%	6,2%	6,9%	2,2%	1,5%
Espanha	-11,2%	6,4%	5,8%	2,4%	1,5%
China	2,2%	8,4%	3,0%	5,2%	4,5%

*Consenso de acordo com Bloomberg Jan24 | Negrito=Actual, Itálico=Consenso
 Fonte: Bloomberg

O ano de 2024 será marcado por um calendário eleitoral intenso, estando marcadas eleições gerais nos EUA, na Índia, na Rússia e no México, bem como as eleições para o Parlamento Europeus. As tensões geopolíticas deverão permanecer elevadas devido à continuação da guerra na Ucrânia, às tensões no Médio Oriente e à possibilidade de novas tensões relacionadas com o comércio com a China e os EUA/UE. A atividade industrial global deverá continuar a evoluir no sentido de uma profunda remodelação sob a forma de reshoring (regresso à geografia original), nearshoring (deslocação para locais próximos e mais acessíveis) e "friend-shoring" (deslocação para locais onde é menos provável que ocorram sanções comerciais e problemas relacionadas com o acesso à tecnologia).

De acordo com as políticas monetárias dos EUA, Zona Euro e Reino Unido, as taxas de juro deverão baixar no segundo semestre de 2024. A expectativa é de que a FED comece a reduzir a Taxa Fed Funds em setembro de 2024, de 5,50% para 4,75% em dezembro de 2024. Por outro lado, o BCE deverá manter a taxa de refinanciamento inalterada em 4,5% até outubro de 2024, baixando-a depois para 3,75% até dezembro de 2024.

A inflação manteve-se mais elevada do que o previsto em 2023, devido à resiliência do mercado de trabalho nos EUA e na Europa. A menos que ocorra uma deterioração nos mercados de trabalho, as pressões salariais nestas economias deverão persistir, mantendo a inflação core (especialmente a inflação dos serviços) pressionada em alta até 2025. De acordo com as expectativas consensuais, a inflação core em 2024, que é um indicador da inflação a longo prazo, deverá abrandar de 4,2% em 2023 para 2,6% nos EUA e de 5,5% em 2023 para 2,6% na Zona Euro. Em ambos os casos, a meta para a inflação dos bancos centrais, de 2%, deverá continuar por cumprir em 2024 e é provável que ponha em causa as opiniões dos participantes no mercado relativamente à possibilidade de antecipação do ciclo de cortes nas taxas para o primeiro semestre de 2024.

Quanto à taxa de referência dos Treasury Notes dos EUA a 10 anos, esta deverá baixar para um intervalo de 3,00% a 3,50% e a yield do bund alemão a 10 anos deverá oscilar no intervalo de 1,75% a 3,00% em 2024. Com base na perspectiva de um crescimento débil do PIB mundial, prevê-se que o dólar e o euro se mantenham como refúgios de liquidez em 2024. Com o BCE a demorar mais tempo do que a FED a realizar cortes nas taxas de juro, o euro deverá avançar para um intervalo de EURUSD 1,10 - EURUSD 1,15. As moedas dos mercados emergentes deverão permanecer voláteis, com possíveis melhorias em 2024, em resultado dos cortes previstos nas taxas pelos bancos centrais das economias desenvolvidas, especialmente a FED.

As agências de rating abstiveram-se de efetuar alterações significativas nas notações da dívida soberana da Zona Euro em 2023. A subida da inflação acima das expectativas também contribuiu para o aumento da receita fiscal, assim como para a redução dos défices orçamentais na Zona Euro em 2023. Os riscos de deterioração dos ratings soberanos dever-se-ão tornar mais visíveis no caso de o reequilíbrio fiscal se prolongar até ao final de 2024 (acordo da UE). Uma recessão em hard landing poderá constituir um risco originando a descida do rating soberano da Itália (S&P BBB/estável; Moody's Baa3/estável; e Fitch BBB/estável) e da França (S&P AA/negativo; Moody's Aa2/estável; e Fitch AA-/estável). O Instrumento de Protecção da Transmissão do BCE, anunciado em 2022, poderá ser posto à prova no caso de uma recessão profunda e de um nível extremo de volatilidade nos mercados financeiros do euro em 2024.

Em 2024, as classes de ativos de maior risco deverão manter-se expostas à volatilidade devido ao risco de recessão na Europa, à recuperação mais fraca do que o previsto da economia chinesa, ao abrandamento do PIB dos EUA e à persistência de tensões geopolíticas no Médio Oriente.

2. Atividade Desenvolvida

No que respeita a atividade da Haitong Global Asset Management desenvolvida no exercício de 2023, há a salientar:

- Os desinvestimentos, no montante de 8 milhões de euros, materializados (i) pela venda de uma participada detida pelo FCR Haitong Private Equity Fund (HPEF); e (ii) pelas distribuições de capital de participadas do único Fundo sob gestão;



- As reduções de capital efetuadas no FCR Haitong Private Equity Fund, que totalizaram 14 milhões de euros, refletindo a maturidade do portefólio de participadas do Fundo;
- O total dos ativos sob gestão do HPEF, a valores de mercado, que atingiu cerca de 9 milhões de euros, evidenciando um decréscimo face ao final de 2022 que apresentava ativos sob gestão de 17,5 milhões de euros. Deste total, cerca de 9,8% refere-se a participações em empresas, através de fundos sob gestão, e 90,2% refere-se a unidades de participação em fundos de capital de risco, sob gestão externa.
- A prestação de informação recorrente sobre a evolução dos mercados financeiros internacionais, com destaque para os mercados asiáticos, a um cliente institucional.
- A implementação em 1 de julho de 2023 da cessão da posição contratual da gestão discricionária de carteiras de clientes empresariais e particulares do Haitong Bank para a HGAM, concluindo mais uma etapa da incorporação na Sociedade do negócio de gestão de ativos desenvolvido pelo Haitong Bank. Em 31 de dezembro, os ativos sob gestão desta atividade ascendiam a 4,7 milhões de euros.
- A estruturação de um novo FCR, o Haitong Iberian Core Fund, de até 75 milhões de euros, e que foi aprovado pela CMVM em julho de 2023. Este Fundo, que irá investir em sociedades do setor imobiliário, detentoras de ativos Core e Core+, localizadas em Portugal e Espanha, encontra-se em fase de “fund-raising”.
- Início da actividade de gestão de Fundos de Investimento Alternativos com a aprovação formal pela CMVM do novo Haitong China Bond Fund. Este fundo irá investir em obrigações chinesas offshore em USD, beneficiando da capacidade consolidada de gestão da HGAM, aliada à experiência do Grupo Haitong Securities. Esperamos que este Fundo inicie o seu processo de fund-raising no início de 2024.

2.1. Fundos sob gestão

O volume de fundos sob gestão apresentou um decréscimo face a 2022, atingindo o montante de 39,1 milhões de euros.

2.2. Investimento

Não foram concretizados novos investimentos durante o exercício de 2023.

2.3. Desinvestimento



O desinvestimento efetuado em 2023 atingiu o montante de cerca de 8 milhões de euros, tendo sido concretizada a alienação de uma participada do FCR Haitong Private Equity Fund.

Destacam-se ainda as distribuições recebidas do Fundo PPP Itália, fundo gerido por uma terceira entidade detido pelo Haitong Private Equity Fund, que atingiram o valor de 54 mil euros. O Fundo PPP Itália liquidou em dezembro de 2023.

3. Situação Económica e Financeira

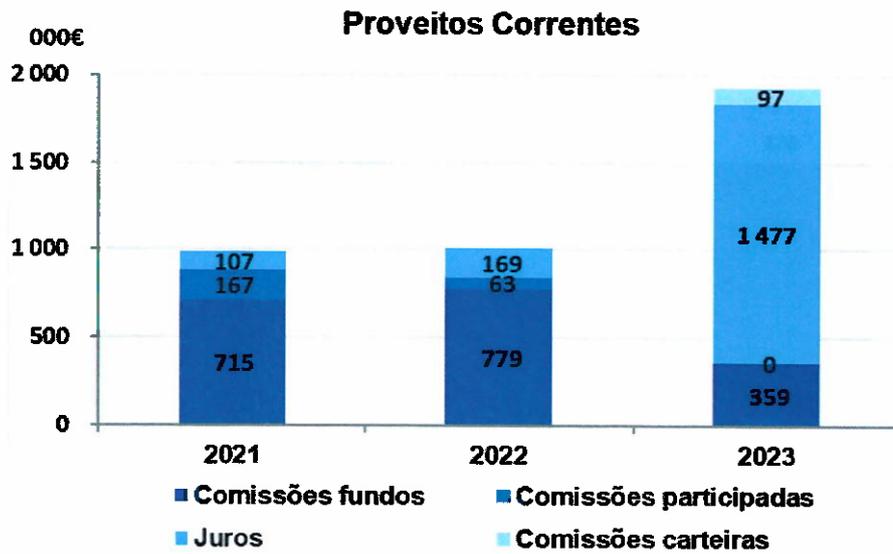
A análise económica e financeira aqui apresentada, restringe-se apenas à Haitong Global Asset Management, não incluindo os fundos de capital de risco sob sua gestão.

3.1. Análise dos Resultados

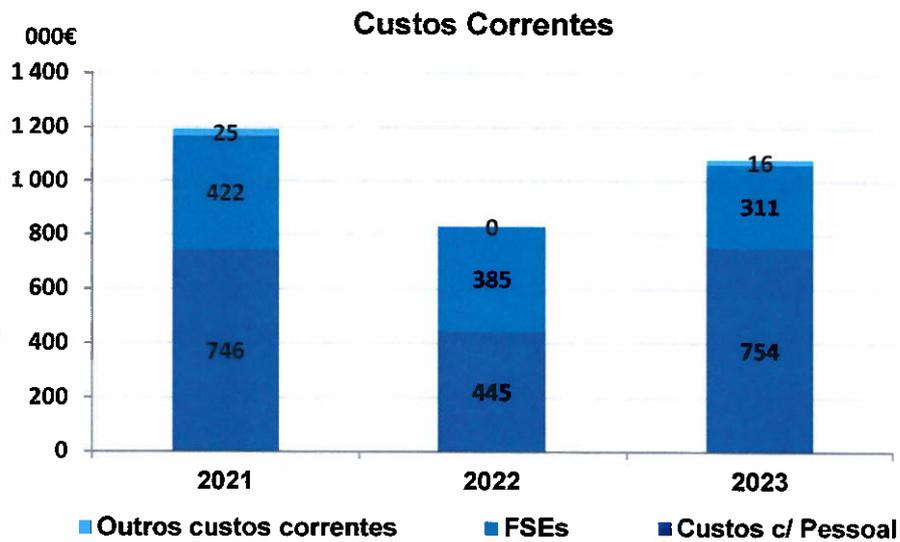
No final de 2023, a Haitong Global Asset Management apresentou um resultado líquido positivo de cerca de 797 milhares de euros, um acréscimo de 257,40% face aos cerca de 223 milhares de euros registados no ano anterior.

Os proveitos correntes, no montante total de 1 932 milhares de euros, apresentaram um acréscimo de 91,2% face a 2022, resultante em grande medida do acréscimo da remuneração dos depósitos a prazo, e os custos correntes, no montante total de 1 081 milhares de euros, mostraram um acréscimo de cerca de 30,1% face ao exercício de 2022, fruto da gradual incorporação da atividade de gestão de ativos e dos correspondentes recursos humanos e técnicos na Sociedade, tendo a Haitong Global Asset Management fechado o ano com um resultado corrente positivo de 851 milhares de euros.





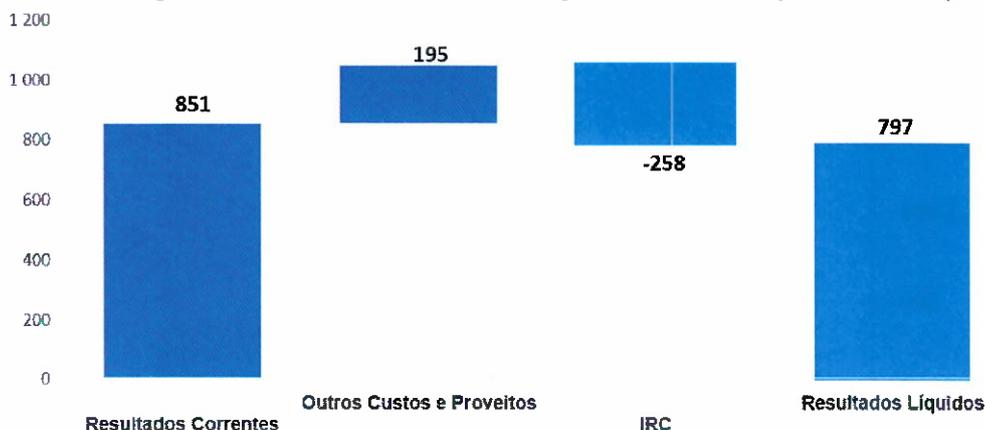
Fonte: Haitong Global Asset Management



Fonte: Haitong Global Asset Management



Evolução dos Resultados Líquidos 2023 (EUR '000)



Fonte: Haitong Global Asset Management

Conforme ilustrado pelo gráfico acima, os resultados líquidos positivos de 797 milhares de euros decorreram (i) de resultados correntes positivos, (ii) de reversão de imparidades anteriormente constituídas e (iii) de impostos.

3.2. Análise da Situação Patrimonial

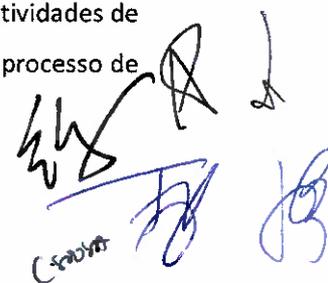
A Haitong Global Asset Management, no final do ano, apresentou um ativo de cerca de 57,5 milhões de euros, dos quais cerca de 57 milhões de euros correspondentes a recursos financeiros disponíveis.

Em 2023, os capitais próprios da Haitong Global Asset Management fecharam com o valor de 56,9 milhões de euros.

4. Perspectivas para 2024

Num enquadramento económico desafiante resultante da forte subida da inflação e das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, foi possível manter um nível adequado de desinvestimento e um acompanhamento de proximidade relativamente à carteira de participadas do HPEF, com vista à maximização da criação de valor.

Em 2024, a Haitong Global Asset Management deverá incorporar definitivamente as atividades de gestão de ativos que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Haitong Bank, concluindo o processo de



alargamento do seu modelo de negócio e reforçando o seu papel de gestor de recursos de terceiros.

No futuro, a Haitong Global Asset Management, SGOIC, SA. desenvolverá uma atividade mais alargada de gestão de ativos e posicionar-se-á como o veículo europeu de gestão de organismos de investimento coletivo do Grupo Haitong, capitalizando no seu elevado know-how em ativos asiáticos e no seu sólido track record em ativos europeus.

5. Alienação e Compra de ações próprias

Dando cumprimento ao disposto no artigo nº 324 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não se realizaram durante o exercício de 2023 quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, não detendo a Sociedade no final deste exercício quaisquer ações deste tipo.

6. Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Dando cumprimento ao disposto no Artigo nº 397 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se de que não se registaram durante o exercício de 2023 quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

7. Situação da Sociedade perante as Entidades Públicas

A Haitong Global Asset Management não apresenta dívidas ao Estado, à Segurança Social e a Outras Entidades Públicas, cujo pagamento se encontre em mora.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Impostos de € 797.187 apurado no exercício de 2023, seja aplicado da seguinte forma:

- a) Para Reserva Legal: € 39.860
- b) Para Resultados Transitados: € 757.327



9. Nota Final

O Conselho de Administração agradece o empenho e dedicação dos colaboradores desta Sociedade e manifesta o seu agradecimento aos Membros dos restantes Órgãos Sociais, ao Acionista, à CMVM e a todas as demais Instituições com as quais se relacionou, pela cooperação prestada durante o exercício.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2024

O Conselho de Administração



Presidente do Conselho de Administração
Francisco Alexandre Valente Oliveira



Vogal
António Carlos Gomes Pacheco



Vogal
Bin Xu



Vogal
Luis Nuno Lima de Carvalho Valença Pinto



Vogal
José Luis de Saldanha Ferreira Pinto Basto

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



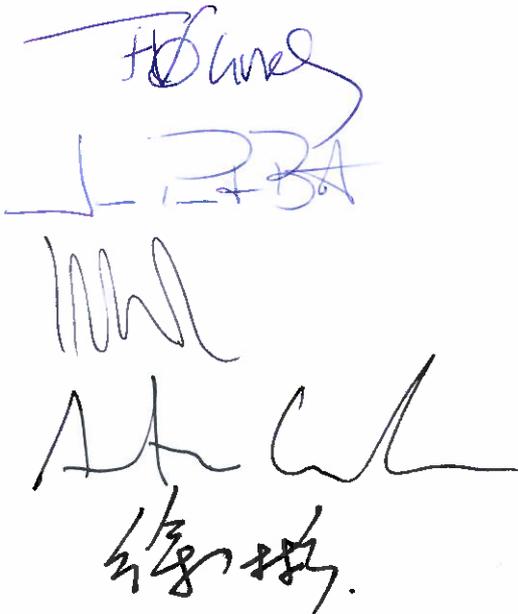
Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(em euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares	4	1 476 881	168 937
Margem financeira		1 476 881	168 937
Rendimentos de serviços e comissões	5	658 852	842 003
Resultados de reavaliação cambial		1 611	-
Outros resultados operacionais	6	(5 481)	(13 300)
Proveitos operacionais		2 131 863	997 640
Custos com pessoal	7	753 956	445 008
Gastos gerais administrativos	8	310 994	385 380
Depreciações e amortizações	12 e 13	16 184	493
Imparidade em activos financeiros	9	(4 491)	(111 229)
Custos operacionais		1 076 643	719 652
Resultado antes de impostos		1 055 220	277 988
Impostos			
Correntes	14	(258 033)	(55 115)
Resultado líquido do exercício		797 187	222 873

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração



Contabilista Certificado



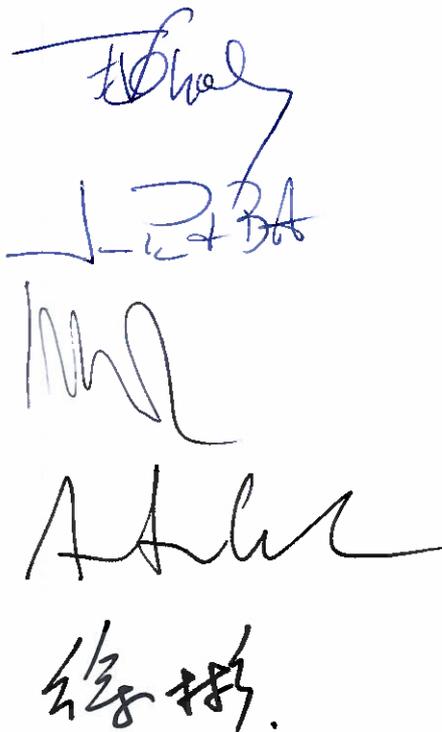
Demonstração do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício	797 187	222 873
Total do rendimento integral do exercício	797 187	222 873

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Handwritten signatures of the Board of Directors, including a signature that appears to be 'L. P. B. A.' and another that appears to be 'M. Q.'.

ELISABETHA SOUSA

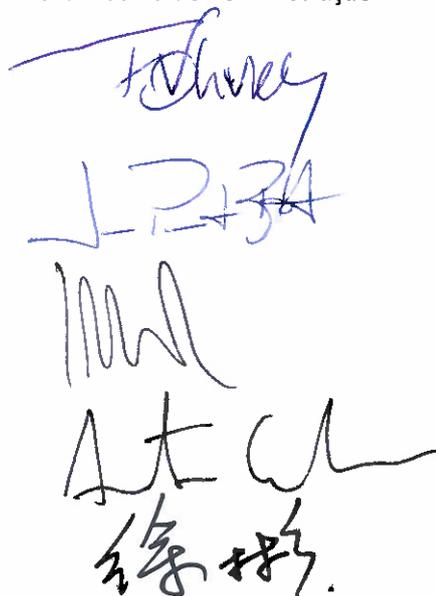
Balanço em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(em euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Activo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	100 186	404 290
Activos financeiros pelo custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	11	56 945 219	55 054 011
Outros activos tangíveis	12	1 143	771
Activos intangíveis	13	34 688	58 865
Activos por impostos			
Activos por impostos correntes	14	19 956	953 809
Outros activos	15	362 576	93 658
Total de Activo		57 463 768	56 565 404
Passivo			
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	14	248 963	59 179
Outros passivos	16	324 045	412 652
Total de Passivo		573 008	471 831
Capital Próprio			
Capital	17	25 000 000	25 000 000
Outras reservas e resultados transitados	18	31 093 573	30 870 700
Resultado líquido do exercício		797 187	222 873
Total de Capital Próprio		56 890 760	56 093 573
Total de Passivo e Capital Próprio		57 463 768	56 565 404

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(em euros)

	Capital	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	25 000 000	29 216 572	54 216 572	1 654 128	55 870 700
Aplicação do Resultado Líquido	-	1 654 128	1 654 128	(1 654 128)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	222 873	222 873
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	25 000 000	30 870 700	55 870 700	222 873	56 093 573
Aplicação do Resultado Líquido	-	222 873	222 873	(222 873)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	797 187	797 187
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	25 000 000	31 093 573	56 093 573	797 187	56 890 760

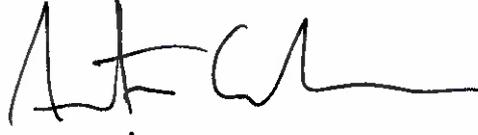
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

QUALINA SOUSA





 徐彬

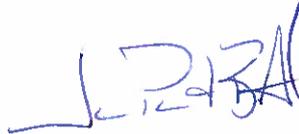
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	(em euros)		
	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		251 756	111 286
Serviços e comissões recebidas		483 108	1 188 407
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(1 041 230)	(1 047 216)
		(306 366)	252 477
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em instituições de crédito		(750 000)	2 600 000
Outros activos e passivos operacionais		918 414	(40 692)
		168 414	2 559 308
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		168 414	2 559 308
Impostos sobre os lucros pagos		(166 152)	(2 450 404)
		2 262	108 904
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		-	-
		(304 104)	361 381
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(304 104)	361 381
Caixa e equivalentes no início do exercício		404 290	42 909
Caixa e equivalentes no fim do exercício		100 186	404 290
		(304 104)	361 381
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	10	491	1 405
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	99 695	402 885
Total		100 186	404 290

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado




eloartina rosa

1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A **Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (Haitong GAM ou Sociedade)**, tem sede na Rua Alexandre Herculano nº 38 em Lisboa e foi constituída em 12 de setembro de 1988 com a designação social inicial de SFIR - Sociedade de Financiamento e Investimento de Risco, S.A. A 24 de Outubro de 1996, a Sociedade alterou a sua denominação para ES Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., a 10 de Setembro de 2003, alterou novamente a sua designação social para Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., a 24 de Setembro de 2015 alterou a sua designação social para Haitong Capital – SCR, S.A. e a 16 de março de 2022 alterou novamente a sua designação social para Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A..

Na sequência da autorização da CMVM concedida a 14 de setembro de 2021, foi iniciado o processo de transformação da Haitong Capital numa SGOIC, cuja etapa mais recente se concretizou no passado dia 1 de julho de 2023 com o início da atividade de gestão de carteiras individualizadas.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os fundos de investimento, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 20.

As demonstrações financeiras da Haitong GAM são consolidadas pelo Haitong Bank S.A., com sede na Rua Alexandre Herculano nº 38 em Lisboa.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento da CMVM N.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020, as demonstrações financeiras da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Haitong GAM agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de dezembro de 2023.

A Sociedade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2023. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma

consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros, arredondado à unidade mais próxima. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os outros activos financeiros, passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras individuais, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2.2. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados:

- i. Activos financeiros detidos para negociação
- ii. Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
- iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest), que faz a análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, e do modelo de negócio.

a) Activos financeiros pelo custo amortizado

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e títulos de dívida.

b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” se for esse o modelo de negócio definido pela Sociedade para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, no caso de não serem adequados à classificação desse ativo nas categorias anteriores.

Adicionalmente, a Sociedade pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

Os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

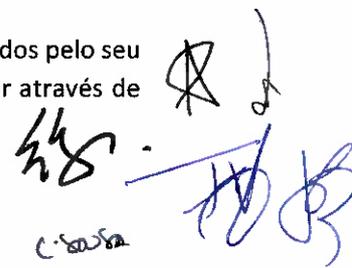
Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Sociedade determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de



resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se a Sociedade não tivesse efectuado a transacção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

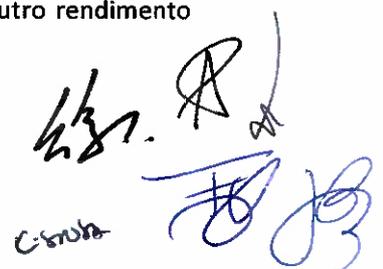
O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, a Sociedade estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de activos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos com a sua recuperação.
- c) As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:
- d) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- e) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos activos ao custo amortizado.



- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos dos que seriam reconhecidos se forem mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do activo financeiro em conformidade com a política adoptada pela Sociedade, a Sociedade recalcula o valor bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do activo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

Imparidade de ativos financeiros

A Sociedade determina perdas por imparidade para exposições que tenham risco de crédito associado.

Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, a Sociedade determina as perdas de crédito esperadas (expected credit losses, ou ECL) através de um modelo prospectivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida;
- Devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa.

Política de desreconhecimento

A Sociedade desreconhece um activo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse activo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse activo são transferidos para outra entidade;
- b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.

2.3.2 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

2.4. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.6. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registrados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

2.7. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (*performance obligation*) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiver sido concluída;
- Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de



um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.8. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade não tem colaboradores ao seu serviço, contando na sua atividade com colaboradores cedidos pelo Haitong Bank, S.A.. Neste sentido, os valores referentes a remunerações do pessoal e outros relacionados registados em "Custos com pessoal" decorrem da cedência de colaboradores do Haitong Bank, S.A.. Estes valores incluem custos com pensões relativos aos gastos com pessoal destacado pelo Haitong Bank, S.A não existindo nenhuma responsabilidade direta da parte da Haitong GAM. As responsabilidades referentes aos colaboradores da Haitong GAM estão incluídas no Fundo de Pensões do Haitong Bank S.A..

2.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto de incerteza da actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Impostos sobre Rendimentos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto em caso de qualquer

dedução (nomeadamente prejuízos fiscais) ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito; ou quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da HGAM dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais com valor significativo suscetíveis de distorcer a informação constante das demonstrações financeiras.

NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

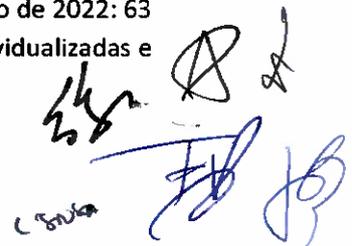
	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 476 881	168 937
	<u>1 476 881</u>	<u>168 937</u>

NOTA 5 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de gestão		
FCR PME / NOVO BANCO	-	345 873
Haitong Private Equity Fund - FCR	307 564	432 676
Outras comissões	351 288	63 454
	<u>658 852</u>	<u>842 003</u>

Em 31 de Dezembro de 2023, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 308 milhares de euros (31 de Dezembro de 2022: 779 milhares de euros) referentes a comissões de gestão cobradas pela Sociedade, enquanto responsável pela gestão dos fundos de capital de risco apresentados na nota 20, e um montante de 351 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 63 milhares de euros) referentes a comissões de gestão discricionária de carteiras individualizadas e a outras comissões.



NOTA 6 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Outros serviços de clientes	3 171	6 087
Impostos directos e indirectos	(10 923)	(11 241)
Outros resultados de exploração	2 271	(8 146)
	(5 481)	(13 300)

NOTA 7 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Vencimentos e salários		
Remunerações	519 119	368 541
Impacto Acordos Rescisão	324	26 949
Outros custos	234 513	49 518
	753 956	445 008

A Sociedade não tem colaboradores ao seu serviço, contando na sua atividade com colaboradores cedidos pelo Haitong Bank, S.A.. Neste sentido, os valores referentes a remunerações do pessoal e outras relacionadas registados em “Custos com pessoal” decorrem da cedência de colaboradores do Haitong Bank, S.A. e da remuneração de um membro dos órgãos estatutários. Estes valores incluem custos com pensões relativos aos gastos com pessoal destacado pelo Haitong Bank, S.A. não existindo nenhuma responsabilidade direta da parte da Haitong GAM. As responsabilidades referentes aos colaboradores cedidos à Haitong GAM estão incluídas no Fundo de Pensões do Haitong Bank S.A.

A rubrica “Outros custos” inclui:

- Em 2023 os encargos sociais obrigatórios no valor de 160 milhares de euros, com referência ao exercício desse ano (94 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022) e o prémio de desempenho do ano no valor de 100 milhares de euros;
- Em 2022 o prémio de desempenho do ano no valor de 50 milhares de euros, com referência ao exercício desse ano e inclui a reversão do excesso de estimativa do prémio de desempenho com referência ao exercício de 2021, no valor de cerca de 129 milhares de euros.



Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão afetos à Haitong GAM, em funções no final do ano, são como segue:

(em euros)

	Conselho de Administração	Total
Dezembro de 2023		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	318 370	318 370
Remunerações variáveis	11 996	11 996
Total	330 366	330 366
Dezembro de 2022		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	218 565	218 565
Remunerações variáveis	12 961	12 961
Total	231 526	231 526

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores afetos à Haitong GAM analisa-se como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Funções directivas	4,4	2,0
Funções específicas	1,2	1,0
Funções administrativas	0,6	1,0
Total (média)	4,7	4,0

NOTA 8 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Comunicações e expedição	315	2 525
Rendas e alugueres	43 233	49 945
Deslocações e representação	8 481	486
Conservação e reparação	2 206	4 837
Seguros	40	384
Publicidade e publicações	-	546
Judiciais e contencioso	787	10 975
Serviços especializados		
Informática	40 224	-
Trabalho independente	2 954	1 620
Outros serviços especializados	211 873	307 205
Outros custos	881	6 857
	310 994	385 380

A rubrica “Outros serviços especializados” inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os honorários acordados para o exercício de 2023 e 2022 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Revisão legal das contas anuais	12 800	12 500
Valor total dos serviços acordados	12 800	12 500

Os valores apresentados são antes de impostos.



NOTA 9 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(em euros)

	31.12.2022	Dotações / Reversões	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2023
Activos financeiros pelo custo amortizado				
Crédito a clientes	-	-	-	-
Outros activos (Nota 15)	709 994	(4 491)	33 629	739 132
	709 994	(4 491)	33 629	739 132

(em euros)

	31.12.2021	Dotações / Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2022
Activos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito a clientes	2 127 237	-	(2 127 237)	-	-
Outros activos (Nota 15)	751 902	(111 229)	-	69 321	709 994
	2 879 139	(111 229)	(2 127 237)	69 321	709 994

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição classificada como Ativos financeiros pelo custo amortizado – Crédito a clientes encontrava-se com imparidade constituída sobre 100% da exposição, tendo sido alienada em 2022.

NOTA 10 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(em euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	491	1 405
Disponibilidades em outras instituições de		
Depósitos à ordem	99 695	402 885
	99 695	402 885
	100 186	404 290



NOTA 11 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	56 945 219	55 054 011
	<u>56 945 219</u>	<u>55 054 011</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os Depósitos a prazo por prazos de vencimento residuais podem ser apresentados como segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	751 719	-
De 3 meses a um ano	-	55 054 011
De um a cinco anos	56 193 500	-
	<u>56 945 219</u>	<u>55 054 011</u>



NOTA 12 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	13 068	13 068
	13 068	13 068
Equipamento		
Equipamento informático	48 616	48 616
Mobiliário e material	38 571	38 571
Máquinas e ferramentas	5 069	5 069
Equipamento de segurança	1 876	1 876
Outros	5 259	4 471
	99 391	98 603
	112 459	111 671
Depreciação acumulada	(111 316)	(110 900)
	1 143	771

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(em euros)		
	Imóveis	Equipamento	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	13 068	97 816	110 884
Adições	-	787	787
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	13 068	98 603	111 671
Adições	-	788	788
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	13 068	99 391	112 459
Depreciações			
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	13 068	97 339	110 407
Depreciações do exercício	-	493	493
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	13 068	97 832	110 900
Depreciações do exercício	-	416	416
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	13 068	98 248	111 316
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2023	-	1 143	1 143
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2022	-	771	771

NOTA 13 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	53 590	3 134
	53 590	3 134
Imobilizações em curso	-	58 865
	53 590	61 999
Amortização acumulada	(18 902)	(3 134)
	(18 902)	(3 134)
	34 688	58 865



O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(em euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizado em curso	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	3 134	-	3 134
Adições:			
Adquiridas a terceiros	-	58 865	58 865
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	3 134	58 865	61 999
Abates / vendas	-	(8 409)	(8 409)
Utilizações	50 456	(50 456)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	53 590	-	53 590
Amortizações			
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	3 134	-	3 134
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	3 134	-	3 134
Amortizações do exercício	15 768	-	15 768
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	18 902	-	18 902
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	34 688	-	34 688
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	-	58 865	58 865

NOTA 14 – IMPOSTOS

A reconciliação entre a taxa nominal e a efetiva de imposto sobre o rendimento em 2023 e 2022 é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	%	Valor	%	Valor
(em euros)				
Resultado antes de impostos		1 055 220		277 988
Gasto com impostos sobre o rendimento		258 033		55 117
Taxa efectiva de imposto		24%		20%
Taxa de imposto da Sociedade	22,50%	237 425	22,50%	62 547
Diferenças permanentes:				
Tributação autónoma	0,03%	309	0,64%	1 766
Outros movimentos decorrentes da estimativa de imposto	1,92%	20 299	(3,30%)	(9 198)
	24,45%	258 033	19,84%	55 115
Dos quais:				
Impostos Correntes		258 033		55 115
Taxa efectiva de imposto	24,45%		19,84%	

O ativo por imposto corrente corresponde a pagamentos por conta efetuados no exercício de 2023 (o valor de 2022 corresponde igualmente a pagamentos por conta que foram efetuados nesse exercício).

O passivo por imposto corrente corresponde à estimativa de IRC.

NOTA 15 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
(em euros)				
Devedores e outras aplicações				
Outros devedores diversos		883 378		758 749
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 9)		(739 132)		(709 994)
		144 246		48 755
Despesas com custo diferido		4 008		2 414
Outras contas de regularização				
Pensões de reforma		4 633		-
Outras operações a regularizar		209 689		42 489
		214 322		42 489
		362 576		93 658



A rubrica de Outras operações a regularizar, em 31 de dezembro de 2023, inclui, entre outros, os valores de acréscimo de comissões (i) de gestão a receber de clientes, no valor de 118 487 euros e (ii) de prestação de informação recorrente sobre os mercados asiáticos, no valor de 51 102 euros.

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Credores e outros recursos		
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	388	21 248
Outros credores	(7 560)	25 120
	<u>(7 172)</u>	<u>46 368</u>
Custos a pagar		
Outros custos a pagar	204 510	297 290
	<u>204 510</u>	<u>297 290</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	126 707	68 994
	<u>126 707</u>	<u>68 994</u>
	<u>324 045</u>	<u>412 652</u>

As rubricas de Outros custos a pagar, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidencia os saldos a liquidar referentes a auditorias, impostos e acréscimos de remunerações.

NOTA 17 – CAPITAL

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o capital subscrito de 25.000.000 de euros é 100% detido pelo Haitong Bank S.A.



NOTA 18 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal e outras reservas

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(em euros)

	Reservas e Resultados Transitados		
	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	3 622 194	25 594 378	29 216 572
Aplicação do Resultado Líquido	-	1 654 128	1 654 128
Constituição de reservas	82 706	(82 706)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3 704 900	27 165 800	30 870 700
Aplicação do Resultado Líquido	-	222 873	222 873
Constituição de reservas	11 144	(11 144)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3 716 044	27 377 529	31 093 573

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Haitong GAM, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

NOTA 19 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções da Sociedade realizadas com entidades relacionadas da Sociedade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

(em euros)

	31.12.2023			Passivos	Proveitos	Custos
	Activos					
	Depósitos e Aplicações em Instituições crédito	Outros Ativos	Total			
Accionistas						
HAITONG BANK SA	57 034 872	-	57 034 872	3 840	1 476 881	261 000
TOTAL	57 034 872	-	57 034 872	3 840	1 476 881	261 000

(em euros)

	31.12.2022			Passivos	Proveitos	Custos
	Activos					
	Depósitos e Aplicações em Instituições crédito	Outros Ativos	Total			
Accionistas						
HAITONG BANK SA	55 439 717	8 880	55 448 597	-	168 937	292 359
TOTAL	55 439 717	8 880	55 448 597	-	168 937	292 359

NOTA 20 – ATIVOS SOB GESTÃO

A atividade da Sociedade consiste na administração, gestão e representação de Fundos de Investimento.



Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o volume sob gestão relativo aos fundos de investimento geridos pela Sociedade pode ser resumidos como se segue:

	(em euros)	
	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de capital de risco		
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND - FCR	34 425 378	49 003 819
Ativos de clientes		
Gestão discricionária	4 691 871	-
	39 117 249	49 003 819

NOTA 21 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

A sociedade toma todas as decisões de forma a assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu valor contabilístico. Atendendo a que os depósitos a prazo da Sociedade foram contratados em Abril e Dezembro de 2023, a uma taxa anual nominal bruta de 3,15% e 3,30%, e com maturidade em Abril de 2025 e Janeiro de 2024, respetivamente, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra significativamente exposta a risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto de instituições de crédito, cujo risco é considerado reduzido.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras junto de instituições de crédito.

NOTA 22 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões ou mais em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023



Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, 1 de janeiro de 2024 quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	2024

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Sociedade em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.



NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.



ANEXOS

Cifras


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “Haitong GAM”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 57.463.768 euros e um total de capital próprio de 56.890.760 euros, incluindo um resultado líquido de 797.187 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500* entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matriculada: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade é apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de março de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Edgar Luís Afonso Guerra, ROC
Registo na OROC n.º 1872
Registo na CMVM n.º 20180014

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

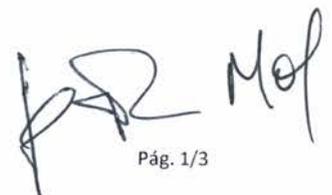
HAITONG GLOBAL ASSET MANAGEMENT, SGOIC, S.A.

Relativos ao Exercício de 2023

Exmo. Senhor Acionista da

Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (de ora em diante HGAM) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Desde a sua nomeação, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, efetuando reuniões periódicas com o Conselho de Administração, com os responsáveis da gestão de risco, da auditoria interna, do compliance e da contabilidade, tendo apreciado os dados contabilísticos que lhe foram regularmente disponibilizados.
3. Foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da HGAM, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunidos com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos. Averiguámos da observância da lei e do contrato de sociedade.
4. Apreciou e aprovou a atualização e revisão da política de remuneração, nomeadamente, a incorporação das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de Abril, respeitantes ao Regulamento de Gestão de Activos (RGA).
5. O Conselho Fiscal salienta os seguintes eventos societários, durante o ano de 2023, mencionados no Relatório de Gestão da HGAM:
 - o Desinvestimentos, no montante de 8 milhões de euros, pela alienação de participada detida pelo FCR Haitong Private Equity Fund e pelas distribuições de capital de participadas do único Fundo sob gestão;



- o Reduções de capital no FCR Haitong Private Equity Fund, no montante de 14 milhões de euros;
 - o A cessão da posição contratual da gestão discricionária de carteiras de clientes empresariais e particulares do Haitong Bank, S.A. para a HGAM, no segundo semestre de 2023;
 - o A estruturação de um novo FCR, o Haitong Iberian Core Fund até 75 milhões de euros e, aprovado pela CMVM em Julho de 2023; e
 - o O início da actividade de gestão de Fundos de Investimento Alternativos, com a aprovação pela CMVM do novo Haitong China Bond Fund.
6. O Conselho Fiscal reviu as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade, os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
7. Reunimos, também, com os auditores do Haitong Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco (HPEF), que nos informaram sobre os trabalhos desenvolvidos, tendo emitido o respetivo relatório de auditoria, sem reservas. Este fundo adquiriu e geriu participações em 5 (cinco) fundos de investimento e 1 (uma) empresa.
8. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, tendo tomado conhecimento das diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos, concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. A Sociedade Revisora Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da HGAM, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordâncias quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.
9. Tomámos, igualmente, conhecimento da Certificação Legal das Contas da HGAM sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2023 emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, documento este, com o qual concordamos. Verificamos a independência do revisor oficial de contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo os necessários requisitos.



10. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da entidade.

Parecer:

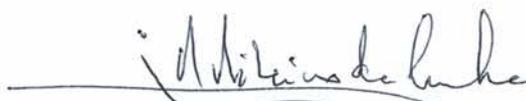
11. Como consequência das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2023 tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

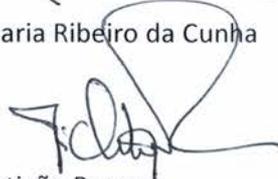
12. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 14 de março de 2024

O Conselho Fiscal



Presidente - José Maria Ribeiro da Cunha



Vogal - José Ortigão Ramos



Vogal - Mário Bettencourt de Oliveira

Deliberações Unâнимes por escrito do Accionista Único

No dia catorze de Maio de dois mil e vinte e quatro, o HAITONG BANK, S.A., com sede social na Rua Alexandre Herculano, 38, 1269-180 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501385932, com o capital social de oitocentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta euros (doravante "Accionista Único"), representado pelos Senhores Dr. Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho e Dr. José Miguel Aleixo Nunes Guiomar, na qualidade de administradores do Accionista Único, com poderes para o acto, titular dos cinco milhões de acções representativas da totalidade do capital social da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (a "Sociedade"), com sede social na Rua Alexandre Herculano, número trinta e oito, em Lisboa, pessoa colectiva número 502040246 e sob este número matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de vinte e cinco milhões de euros, deliberou, na qualidade de acionista único da Sociedade, nos termos da primeira parte do número 1 do artigo 54.º e do n.º 1 do artigo 373.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre o seguinte ponto:-----

1. Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e três, bem como todos os documentos que lhes são complementares (Anexo I).-----
2. Aprovar a seguinte proposta de aplicação dos resultados do exercício de dois mil e vinte e três apresentada pelo Conselho de Administração: que o Resultado Líquido de Impostos de € 797.187,00 apurado no exercício de 2023, seja aplicado da seguinte forma: a) Para Reserva Legal: € 39.860,00 e; b) Para Resultados Transitados: € 757.327,00.-----
3. Aprovar um voto de confiança ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pelo trabalho desenvolvido durante o ano de dois mil e vinte e três.-----

As presentes deliberações por escrito foram passadas ao livro de actas da Assembleia Geral da Sociedade e são assinadas pelos representantes do Accionista Único que as aprovaram.-----

Nome: Miguel Guiomar
Qualidade: Administrador

Nome: Nuno Carvalho
Qualidade: Administrador